



Estratégia
OAB

2º SIMULADO INÉDITO XXXI

EXAME DE ORDEM



PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, as suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estrategiaoab no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase em do XXXI Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você der o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Questão 1

Priscilinha foi contratada como advogada de Claudemir para realizar a sua defesa em sede de Reclamação Trabalhista proposta por Sanchez Guerra. Contudo, no decorrer da relação contratual, cliente-advogado, algumas situações levaram à pretensa vontade de Priscilinha em renunciar ao mandato que lhe foi conferido.

Diante do exposto, e com base nos regramentos éticos da relação cliente-advogado, assinale a afirmativa correta.

- a) O advogado, no exercício do mandato, atua como patrono da parte, cumprindo-lhe, por isso, se subordinar as intenções e estratégias do cliente.
- b) A renúncia ao patrocínio deve ser feita com menção do motivo que a determinou, fazendo cessar a responsabilidade profissional pelo acompanhamento da causa, uma vez decorrido o prazo legal.
- c) A revogação do mandato judicial por vontade do cliente o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas.
- d) A renúncia ao mandato não exclui responsabilidade por danos eventualmente causados ao cliente ou a terceiros.

Questão 2

Ferdinando foi contratado como estagiário do escritório de advocacia “Mito e Cerqueira Sociedade de Advogados”. No ato da contratação lhe foi informado que os estagiários deveriam participar efetivamente nos processos e, dentro do possível, praticar atos isolados, como forma de se garantir uma maior agilidade.

Diante de tal situação, assinale a alternativa que aponte o ato passível de ser praticado por Ferdinando, de forma isolada.

- a) atividade de assessoria jurídicas.
- b) atividade de consultoria jurídicas.
- c) atividade de consultoria.
- d) assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos.

Questão 3

Habib, advogado criminalista, foi contratado para defender os interesses de Izildinha no processo de divórcio já instaurado em São Paulo.

No dia da audiência, Habib comparece no horário designado, e observa que a audiência irá atrasar, o que acaba ultrapassando o período de uma hora de espera.

O secretário da vara informa que o atraso nos trabalhos é justificável, já que o magistrado está retornando de uma viagem pessoal.

Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- a - É obrigação do advogado, nesta situação, aguardar até que o magistrado compareça, independente do tempo de espera.
- b - É obrigação do advogado, nesta situação, aguardar até que o magistrado compareça, sob pena da parte ser impactada pelos efeitos da ausência em audiência.
- c - É direito do advogado, retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após quinze minutos do horário designado, mediante comunicação protocolizada em juízo.
- d) É direito do advogado, nesta situação, retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.

Questão 4

Igor Maciel, recém-formado e reprovado no último exame da OAB, decide iniciar a sua carreira através de consultorias jurídicas, sob a alegação de que esta não seria uma atividade privativa dos advogados. No entanto, Igor acabou sendo denunciado pelo exercício ilegal da profissão.

Diante desse quadro, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que é atividade privativa da advocacia

- a) a postulação no Juizado Especial Cível até 20 salários mínimos.
- b) a impetração de habeas corpus.
- c) a defesa em processo administrativo disciplinar.
- d) a impetração de Mandado de Segurança.

Questão 5

– Mario é estudante de Direito. Ao ingressar nos últimos anos do curso, ele iniciou estágio em famoso escritório de advocacia em São Paulo.

Inscrito nos quadros de estagiários da OAB, Mario passa a, isoladamente e sob a responsabilidade do advogado, desempenhar diversas funções.

Considerando o Estatuto e o Regulamento da OAB, Mario poderá isoladamente e sob a responsabilidade do advogado:

- a) retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.
- b) obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças ou autos apenas de processos findos.
- c) assinar petições de juntada de documentos a processos administrativos, mas não de processos judiciais.
- d) prestar consultoria, assessoria e direção jurídicas.

Questão 6

A advogada Adelaide, lactante, ao ingressar no TJMG, procurou uma vaga especial para estacionar seu carro, entendendo que teria direito à reserva de vaga. Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Adelaide tem preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.
- b) Adelaide tem reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.
- c) Adelaide tem direito a entrar em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.
- d) Adelaide, por ser lactante, não tem mais direito a ter acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.

Questão 7

Gilson retirou do recinto onde se encontrava aguardando pregão para ato judicial após 5 minutos do horário designado e ao qual ainda não havia comparecido a autoridade que deveria presidir a ele.

Nesse caso, consoante o Estatuto da Advocacia, protocolizando comunicação em juízo, Gilson:

- a) poderia ter se retirado do recinto após os 5 minutos.
- b) poderia ter saído independente do tempo, mediante comunicação protocolizada em juízo.
- c) tem o direito de retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.
- d) tem o direito de retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após quinze minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.

Questão 8

Reginaldo é advogado de Maria. Reginaldo violou, sem justa causa, sigilo profissional.

Neste caso, como sanção disciplinar, poderá ser aplicada:

- a) Censura
- b) Suspensão
- c) Exclusão
- d) Advertência, em ofício reservado, com registro nos assentamentos do inscrito, independentemente de estar presente circunstância atenuante.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

Herbert Lionel Adolphus Hart (1907-1992) nasceu em Londres, Inglaterra, e se tornou professor da Universidade de Oxford. Percebendo que o positivismo jurídico tinha alguns buracos, mas acreditando na força de sua cientificidade, ele buscou suprir as lacunas existentes e adequar o modelo a um país de common law (com o direito consuetudinário e os precedentes judiciais com força de lei). No caminho, tornou-se um dos jusfilósofos mais destacados do século XX. No que se refere ao seu conceito de textura aberta, é CORRETO afirmar:

- a) A linguagem objetiva empregada pelo direito torna sua interpretação certa na quase totalidade dos casos.
- b) A “penumbra de dúvida” se refere especificamente aos hard cases (casos difíceis).
- c) Os métodos de interpretação são suficientes a resolver as incertezas derivadas da linguagem, afinal, esta é sua função.
- d) Textura aberta é o nome que se dá à abertura de significados possíveis dentro do texto que servirá de base para o juiz na aplicação do direito.

Questão 10

Immanuel Kant (1724-1804), filósofo prussiano, é considerado um dos maiores nomes da filosofia moderna. Quanto a seu pensamento, é CORRETO afirmar:

- a) Uma vontade boa determina-se a si mesma, independentemente de qualquer causalidade empírica.
- b) A razão prática liga-se ao pragmatismo, deslocando-se de reflexões éticas e morais.
- c) O núcleo do pensamento kantiano sobre certo e errado pauta-se no resultado obtido com a ação, ligando-se a elementos circunstanciais.
- d) O imperativo categórico impõe de formal geral que apenas as ações que puderem ser individualizadas podem ser consideradas corretas do ponto de vista moral.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

O Presidente da República editou o Decreto X, que regulamentou a Lei Federal Z. O Congresso Nacional, ao examinar o teor do Decreto X, entendeu que ele criava direitos não previstos na Lei Federal Z, ferindo, portanto, o princípio da legalidade e exorbitando o poder regulamentar. Alguns parlamentares consultaram o corpo jurídico do Legislativo para entender se a medida poderia ser adotada pelo Congresso Nacional visando retirar os efeitos do Decreto X. Nesse sentido, de acordo com o sistema jurídico-constitucional vigente:

- a) Se o Congresso Nacional entender que o Decreto X exorbitou o poder regulamentar, é possível sustar os efeitos deste decreto somente por meio de lei complementar.
- b) Apenas a Mesa da Câmara dos Deputados por votação de 2/3 dos membros poderia suspender os efeitos do decreto.
- c) Caso o Congresso Nacional entenda que o Decreto X exorbitou o poder regulamentar, é possível sustar os efeitos deste decreto, através de um decreto legislativo.
- d) Nenhuma medida poderia ser adotada pelo Congresso Nacional, já que o Presidente da República agiu em conformidade com a previsão do texto constitucional.

Questão 12

Diante de comoção grave com repercussão nacional, foi decretado estado de sítio. Mariana, brasileira com 40 anos e capaz, domiciliada no estado da Paraíba, resolveu se mudar para perto da família no Rio de Janeiro, porém ao chegar ao aeroporto foi surpreendida quando um agente da Polícia Federal a proibiu de se locomover para outro Estado, mantendo-a contra sua vontade no Estado da Paraíba. Com base no caso narrado acima, e de acordo com o sistema jurídico-constitucional vigente, é correto afirmar que na vigência do estado de sítio Mariana:

- a) tem direito líquido e certo, podendo impetrar Habeas Corpus perante o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
- b) não terá que se sujeitar a ordem da autoridade policial, desde que impetre Habeas Corpus ao Supremo Tribunal Federal, cuja competência é originária.
- c) poderá viajar desde que impetre Habeas Corpus ao Superior Tribunal de Justiça, cuja competência é originária.
- d) em regra, Mariana terá que se sujeitar a ordem da autoridade e deverá permanecer no Estado da Paraíba.

Questão 13

O Estado Gama, sem motivo de força maior, deixa de repassar aos municípios receitas tributárias determinadas pela Constituição Federal, nos prazos nela determinados. O Município “Y” necessita dos recursos para realizar os serviços básicos de atendimento à população. O corpo jurídico do Município foi consultado para esclarecer quais as consequências do não repasse e os procedimentos exigidos pela Constituição no caso narrado. Logo, é correto afirmar que:

- a) Estamos diante de intervenção da União nos Estados; o ato será formalizado por decreto do Poder Executivo e submetido ao Congresso Nacional que, estando em recesso, sofrerá convocação extraordinária. O ato pode ser realizado *ex officio* pelo Presidente da República ou decorrer de comunicação do município. Deverão ser ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- b) No caso apresentado, nada poderá ser feito, visto que o Estado não possui obrigação de repassar valores para o Município, estando amparado por princípio constitucional expresso da “reserva do possível”.
- c) Estamos diante de uma intervenção do Município nos Estados para assegurar o que é devido para atendimento à sua população local.
- d) Estamos diante de intervenção da União nos Estados, o ato será formalizado por decreto do Poder Executivo e será submetido ao Procurador Geral da República. O ato pode ser realizado *ex officio* pelo Procurador ou decorrer de comunicação do município. Não deverão ser ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

Questão 14

Francisco, inconformado com decisão judicial proferida em primeiro grau, que o condenou ao pagamento de indenização, recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado W. Distribuído o recurso para a Segunda Câmara Cível do mencionado tribunal, os desembargadores desse órgão fracionário, ao analisarem a matéria, entenderam que os argumentos de Francisco estavam corretos no que se referia à inconstitucionalidade do dispositivo legal que fundamentou o pedido da parte autora, ora recorrida. Ao realizarem acurada pesquisa jurisprudencial, observaram que o Pleno e o Órgão Especial do próprio Tribunal de Justiça do Estado W, bem como o Supremo Tribunal Federal, já se manifestaram sobre a referida matéria. Com base na situação apresentada, assinale a afirmativa correta:

- a) No caso prático, não há necessidade de submeter à questão ao plenário ou ao órgão especial, visto que a questão já foi apreciada pelo Pleno e/ou Órgão Especial do próprio Tribunal de Justiça do Estado W, bem como o Supremo Tribunal Federal.
- b) Mesmo existindo manifestação do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão, não se dispensa o seu envio ao Plenário ou Órgão Especial do Tribunal do qual faz parte o órgão fracionário.
- c) Os órgãos fracionários podem declarar a inconstitucionalidade de norma arguida por uma das partes, ainda que a matéria não tenha sido objeto de análise pelo Pleno e o Órgão Especial do próprio Tribunal de Justiça do Estado W, bem como o Supremo Tribunal Federal.
- d) Existindo manifestação do Supremo Tribunal Federal, é necessário o envio a Suprema Corte para ratificação.

Questão 15

Projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados contendo vício de iniciativa foi encaminhado ao Senado Federal. Na Casa revisora, o texto foi aprovado com pequena modificação, sendo suprimida uma determinada expressão, sem, contudo, alterar o sentido normativo objetivado pelo texto aprovado na Câmara. O projeto foi, então, enviado ao Presidente da República, que, embora tenha protestado pelo fato de ser a matéria disciplinada pelo Parlamento, de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, sancionou-o por concordar com os termos ali estabelecidos, originando a Lei nº 1234. Juristas levantaram inconstitucionalidades, afirmando que havendo modificações, a não devolução do processo à Casa Iniciadora sempre configurará violação ao devido processo legislativo. Outrossim, houve divergência quanto ao vício de iniciativa, alguns afirmaram que há vício insanável, outros afirmaram que a sanção do Presidente da República sanou o vício. Diante da situação apresentada, é correto afirmar que:

- a) A alteração de texto implica, necessariamente, no retorno do projeto à Casa Iniciadora. Quanto ao vício de iniciativa, a ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, tem o condão de sanar o vício radical de inconstitucionalidade.
- b) A alteração de texto não implica, necessariamente, no retorno do projeto à Casa Iniciadora. A mudança de texto só impõe o retorno se houver alteração do significado normativo. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade.
- c) A alteração de texto implica, necessariamente, no retorno do projeto à Casa Iniciadora. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade.
- d) A alteração de texto não implica, em nenhuma hipótese, no retorno do projeto à Casa Iniciadora.

Questão 16

A Constituição é uma norma de ordem superior e suprema, que traz fundamento de validade para todo o ordenamento jurídico. Trata-se do estatuto do Poder Político, estabelece valores acerca da organização do estado, do funcionamento dos poderes, dos direitos individuais e coletivos, de nacionalidade, dos direitos políticos, além de um mecanismo de controle de constitucionalidade das leis. Com base na Constituição, no Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo, podemos afirmar que:

- a) A democracia, como vontade da maioria, é essencial na moderna teoria constitucional, de forma que as decisões judiciais devem ter o respaldo da maioria da população, sem o qual não possuem legitimidade.
- b) No neoconstitucionalismo, a Constituição é vista como um documento essencialmente político, um convite à atuação dos poderes públicos, ressaltando que a concretização de suas propostas fica condicionada à liberdade de conformação do legislador ou à discricionariedade do administrador.
- c) O constitucionalismo pode ser definido como uma teoria que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade. Nesse sentido, o constitucionalismo moderno representa uma técnica de limitação do poder com fins garantísticos.
- d) O neoconstitucionalismo não autoriza a participação ativa do magistrado na condução das políticas públicas, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes.

Questão 17

Maria, prefeita do Município “Alfa” integrante do Estado “X”, possui familiares que pretendem concorrer a cargos elegíveis nas próximas eleições. João, filho de Maria, que terá 18 anos completos na época da eleição, pretende se candidatar a deputado estadual do Estado “X”. Mário, marido de Maria, pretende concorrer à reeleição para o cargo de vereador do Município Alfa.

- a) João, filho de Maria, que terá 18 anos completos na época da eleição, poderá se candidatar ao cargo de deputado estadual de “X”, desde que Maria tenha se desincompatibilizado seis meses antes do pleito. E ainda, o marido de Maria, poderá concorrer ao cargo de vereador, visto que está concorrendo à reeleição.
- b) Mário, marido de Maria, vereador do município “Alfa”, só poderá concorrer novamente ao cargo de vereador, se Maria se desincompatibilizar seis meses antes do pleito. No caso de João, não há inelegibilidade reflexa, porém não há o requisito de idade mínima, no caso seria 21 anos.
- c) O marido de Maria, poderá concorrer ao cargo de vereador, visto que está concorrendo à reeleição. No caso de João, não há inelegibilidade reflexa, porém ele não cumpre o requisito de idade mínima para o cargo de deputado estadual.
- d) Maria poderá concorrer ao cargo de governadora do estado “X”, não sendo necessário que renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

João, funcionário de uma pequena empresa, constatou em seu holerite que seu patrão não realizou contribuições para a previdência social. Por esse motivo, João consultou um advogado para que o auxiliasse. Trata-se de orientação correta:

- a) O direito à previdência social é de extrema relevância, pois está garantido no âmbito interno, pela Constituição Federal, e no âmbito externo, pelo Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- b) O direito à previdência social não tem previsão constitucional, pois a Constituição garante unicamente o direito à seguridade social.
- c) O direito à previdência social é de extrema relevância, e está garantido pela Constituição Federal, não havendo sua previsão em âmbito internacional.
- d) O direito à previdência social é de extrema relevância, pois está garantido no âmbito interno, pela Constituição Federal, e no âmbito externo, pela Convenção de Genebra de 1949.

Questão 19

Juan, cidadão argentino, foi preso em solo brasileiro, acusado de ter praticado os crimes de tráfico de drogas e homicídio. A esposa de Juan, Maria, compareceu a um núcleo de direitos humanos em que você trabalha, buscando auxílio. Você, na condição de advogado, explica para Maria que:

- a) O fato de Juan ser argentino impede que lhe sejam reconhecidos direitos fundamentais previstos constitucionalmente.
- b) Juan terá seus direitos fundamentais garantidos, em virtude do princípio da universalidade dos direitos humanos.
- c) O fato de Juan ter praticado crimes graves suspende a aplicação de direitos fundamentais.
- d) ainda que Juan tenha seus direitos fundamentais reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, sua prisão poderá ser mantida por tempo indeterminado, à vista da gravidade do crime por ele praticado.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Com base na Convenção de Viena, de 1969, é INCORRETO afirmar:

- a) Um Estado não pode invocar o fato de que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados, a não ser que essa violação fosse manifesta e dissesse respeito a uma norma de seu direito interno de importância fundamental.
- b) “Reserva” significa uma declaração bilateral, qualquer que seja a sua redação ou denominação, feita pelos Estados ao ratificarem, assinarem, aceitarem ou aprovarem um tratado, ou a ele aderirem, com o fito de excluir o efeito jurídico de certas disposições do acordo.
- c) O consentimento de um Estado em obrigar-se por um tratado que tenha sido obtido pela coação de seu representante, por meio de atos ou ameaças dirigidas contra ele, não produzirá qualquer efeito jurídico.
- d) Um tratado não cria obrigações nem direitos para um terceiro Estado sem o seu consentimento.
- e) “Organização Internacional” significa uma organização intergovernamental.

Questão 21

O Brasil acaba de firmar relações diplomáticas com um país que comprou uma casa no Lago Sul, em Brasília, para servir de residência oficial para seu Embaixador. A casa estava precisando de reparos. Como as obras eram urgentes, o embaixador tomou R\$ 10 mil emprestados em um Banco comercial de Brasília para fazer face às despesas iniciais da obra. O empréstimo não é pago, e o Banco pretende cobrar judicialmente a dívida.

Nesse caso, o Banco

- a) não poderá executar o contrato, porque o país estrangeiro goza de imunidade de jurisdição e de execução.
- b) não poderá cobrar a dívida, por falta de competência da justiça brasileira quando o réu é pessoa jurídica de direito público externo ou seu representante oficial.
- c) poderá cobrar em juízo a dívida, porque não há imunidade de jurisdição para atos ius gestionis.
- d) poderá penhorar a casa, porque não há imunidade de jurisdição para atos ius gestionis.
- e) precisará cobrar diretamente do Embaixador, porque os bens da Embaixada são invioláveis e impenhoráveis.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

O Presidente da República instituiu empréstimo compulsório por meio de Medida Provisória, com o objetivo de arrecadar receita para atender a despesa extraordinária, decorrente de calamidade pública, caracterizada por uma enorme inundação de parte do território de dois Estados da federação, em razão do rompimento de uma grande barragem de rejeitos de atividade mineradora. Sobre a hipótese, é correto afirmar que tal tributo:

- a) É constitucional, pois a Constituição Federal permite à União instituir empréstimo compulsório por meio de Medida Provisória com o objetivo de arrecadar receita para atender a despesa extraordinária, decorrentes de calamidade pública, desde que presentes os pressupostos de relevância e urgência.
- b) É inconstitucional, pois o empréstimo compulsório não pode ser instituído para atender a despesa extraordinária, decorrente de calamidade pública.
- c) É inconstitucional, pois o empréstimo compulsório para atender a despesa extraordinária, decorrentes de calamidade pública, pode ser instituído somente por meio de lei ordinária.
- d) É inconstitucional, pois o empréstimo compulsório para atender a despesa extraordinária, decorrentes de calamidade pública, não pode ser instituído por meio de Medida Provisória.

Questão 23

A empresa Três Estrelas Ltda. circulou mercadorias no mês de junho do ano de 2008. Como não realizou a escrituração fiscal e como não recolheu o imposto devido, o agente fiscal do Estado lavrou o competente AIIM – Auto de Infração e Imposição de Multa, passando a exigir o imposto e a multa devidos. A contribuinte foi notificada da constituição desses créditos tributários em 05 de fevereiro de 2014 e, apesar de devidamente notificada, não efetuou o pagamento. Os débitos foram inscritos em Dívida Ativa e a Procuradoria ingressou com Execução Fiscal para a cobrança em 06 de junho de 2019, data em que o juiz ordenou a citação. Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que esses créditos tributários:

- a) Estão extintos somente pela decadência.
- b) Estão extintos somente pela prescrição.
- c) Estão extintos pela decadência e pela prescrição.
- d) Não foram alcançados por qualquer hipótese extintiva.

Questão 24

Rogério acabou de ser citado em processo de Execução Fiscal. Por entender que o débito já está extinto pela decadência e pela prescrição, opôs Exceção de Pré-Executividade como meio de defesa, que foi liminarmente rejeitada pelo Juiz competente. Considerando que já transcorreram 9 (nove) dias úteis, contados da intimação dessa decisão, será possível interpor o seguinte recurso:

- a) Recurso de Agravo de Instrumento.
- b) Recurso de Apelação.
- c) Recurso Ordinário Constitucional.
- d) Recurso de Ofício (Remessa Necessária).

Questão 25

O caput do art. 38 da Lei Federal nº 6.830/80 – Lei de Execução Fiscal prescreve que a discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma da referida lei, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos. Com base nesse dispositivo legal, determinado juiz indeferiu liminarmente uma petição inicial de Ação Anulatória de Débito Fiscal, sobre o fundamento de que não fora realizado o depósito. Sobre esse depósito, é correto afirmar que:

- a) É constitucional.
- b) Sua exigência é uma faculdade conferida ao Juiz, que pode exigi-lo, nos termos da lei, como condição de procedibilidade da ação.
- c) Sua exigência é uma faculdade conferida à Fazenda Pública.
- d) É inconstitucional.

Questão 26

O Município A ingressou com Execução Fiscal em face da pessoa jurídica B Ltda., objetivando a cobrança do ISS por ela declarado e não pago. Logo na primeira tentativa de citação ficou comprovado que a executada encerrou as suas atividades no endereço onde estava regularmente estabelecida e que não comunicou tal fato aos órgãos competentes. Ao decidir pedido formulado pelo Município, o juiz deferiu a inclusão de Kleber, sócio administrador da executada, no polo passivo da ação de Execução Fiscal. De acordo com a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- a) Kleber não poderia ser incluído no polo passivo da Execução Fiscal, pois o encerramento da atividade da pessoa jurídica no endereço onde estava regularmente estabelecida sem comunicação aos órgãos competentes não é justa causa para o redirecionamento da cobrança.
- b) O encerramento das atividades da pessoa jurídica no endereço onde estava regularmente estabelecida sem a comunicação aos órgãos competentes autoriza a inclusão de Kleber no polo passivo da Execução Fiscal.
- c) O fato de Kleber ser sócio da pessoa jurídica já é causa suficiente e bastante para a sua inclusão no polo passivo da execução fiscal.
- d) O simples inadimplemento de tributo pela pessoa jurídica já seria juridicamente suficiente à inclusão de Kleber no passivo da execução fiscal.



Estratégia

OAB

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Como candidato a prefeito, Ragnar prometeu em sua campanha eleitoral construir um hospital que atenderia crianças com câncer do município de Asgard. Ragnar foi eleito e governou entre janeiro de 2008 e dezembro de 2011. Após assumir o mandato, o prefeito eleito constatou um grande rombo nas contas públicas o que impediria a construção do hospital prometido em campanha. Em janeiro de 2017 o Ministério Público ingressou com ação civil pública por ato de improbidade em desfavor do ex-prefeito Ragnar, sustentando que houve suposta violação do dever de honestidade uma vez que o ex-prefeito não cumpriu sua promessa eleitoral.

Com base no caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A ação de improbidade não está prescrita vez que não transcorreu mais de dez anos do término do mandato.
- b) Tendo em vista o princípio da eficiência, o juiz poderá receber a ação de improbidade antes mesmo da notificação do requerido.
- c) A ação proposta pelo parquet merece prosperar visto que a construção do hospital é ato de ofício que se põe vinculado por promessa eleitoral.
- d) Ocorreu a prescrição da ação de improbidade tendo em vista que o mandato do ex-prefeito encerrou-se em dezembro de 2011 e a ação só foi ajuizada em janeiro de 2017.

Questão 28

A União celebrou contrato com a sociedade empresária Concreta S.A. para a construção de uma obra de grande vulto. Em sede de controle realizado pelo Tribunal de Contas da União, foi apurada a existência de fraudes na respectiva licitação, além de graves vícios insanáveis na formalização do contrato. No procedimento administrativo que apurou as supostas fraudes, somente a União foi instada a se manifestar, e após os argumentos apresentados por ela, o TCU prolatou decisão no sentido de sustar diretamente a execução do contrato.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) O TCU, integrado por sete Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- b) Diante das fraudes apuradas, o TCU é competente para sustar o referido contrato.
- c) O TCU não é competente para sustar diretamente o contrato administrativo celebrado.
- d) Para que a decisão tenha validade, é prescindível que o TCU chame a sociedade empresária Concreta S.A. para participar do processo administrativo de apuração.

Questão 29

Após devido procedimento licitatório, o município de Metrópolis contratou a sociedade empresária XYZ Ltda. para o fornecimento de refeições para as escolas municipais, pelo montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) mensais. A avença já perdura por quase sessenta meses, de forma satisfatória e com a manutenção dos valores compatíveis segundo as práticas do mercado. Diante da proximidade do limite máximo de duração do contrato, o município de Metrópolis publicou edital de novo certame competitivo com o intuito de obter proposta mais vantajosa para a prestação do aludido serviço, edital esse que veio a ser objeto de impugnações. Diante disso, a administração decidiu por bem prorrogar o contrato firmado com a sociedade empresária por mais doze meses, mediante autorização da autoridade competente.

Diante do caso narrado, responda a alternativa correta.

- a) A prorrogação do contrato só será válida se não ultrapassar o limite máximo de seis meses.
- b) A contratação verbal somente é admitida nas situações em que o valor do ajuste não ultrapasse 5% do limite estabelecido para modalidade convite.
- c) A prorrogação do referido contrato não é válida, uma vez que fere o princípio da legalidade.
- d) É perfeitamente possível que o município realize a contratação verbal do serviço.

Questão 30

Walter White, prefeito do município Braking Bad, que conta com cerca de cem mil habitantes, determinou a elaboração de projeto destinado a promover a urbanização da localidade, cuja operacionalização se deu por equipe qualificada, mediante a realização de audiências públicas.

Após aprofundada e debatida análise, um grupo multidisciplinar de pesquisa sugeriu que o prefeito promovesse a desapropriação urbanística sancionatória, com pagamento em títulos da dívida pública, dos solos urbanos não edificados ou subutilizados, na forma da lei específica para área incluída no plano diretor, devidamente discriminados nos estudos, dentre os quais, uma área de propriedade de Jane Silva, sob o fundamento de estar violando a função social da propriedade urbana.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- a) A desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública é a sanção correta aplicável ao caso.
- b) Caso ocorra a desapropriação sugerida, o valor da indenização a ser paga a Jane deverá incluir expectativas de lucros cessantes.
- c) O valor real da indenização na desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública não pode incluir expectativas de lucros cessantes.
- d) Não é possível a aplicação da sanção de cobrança de IPTU progressivo.

Questão 31

O governo do estado de Bedrock está realizando, no ano corrente, estudos para criar uma agência reguladora para os serviços de transporte intermunicipal, a ser denominada Transpedra.

Concluiu-se pela necessidade de lei para criar a mencionada entidade autárquica, com a delimitação das respectivas competências relacionadas à atividade regulatória, a abranger a edição de atos normativos técnicos para os serviços públicos em questão, segundo os parâmetros estabelecidos pela lei (as funções de fiscalização, incentivo e planejamento).

Apontou-se, ainda, que o quadro de pessoal de tal entidade deveria adotar o regime de emprego público, submetido à Consolidação das Leis do Trabalho, sob o fundamento de ser mais condizente com o princípio da eficiência.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- a) A competência regulatória, que seja abrangente das funções de normatização técnica, segundo os parâmetros estabelecidos pela lei, tem respaldo constitucional.
- b) A competência regulatória, que seja abrangente das funções de normatização técnica, segundo os parâmetros estabelecidos pela lei, não tem respaldo constitucional.
- c) É perfeitamente possível adotar o regime de emprego público.
- d) Não é necessária a edição de uma lei para a criação de uma nova entidade autárquica.

Questão 32

Kirk é servidor público municipal da Câmara de Vereadores e acumula cargo de professor. Kirk foi removido para outro órgão público municipal, sendo este mais distante de sua residência, causando-lhe vários transtornos na sua rotina diária.

Diante dessa situação, Kirk deseja ingressar com um recurso administrativo contra a decisão que o retirou da Câmara de Vereadores.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Kirk deverá interpor recurso administrativo no prazo improrrogável de cinco dias úteis.
- b) Para que o referido recurso seja aceito, Kirk deverá prestar a devida caução.
- c) Kirk somente poderá discutir a legalidade e o mérito da decisão de remoção.
- d) Caso o recurso seja aceito terá necessariamente efeito suspensivo.

Gabarito: C

Comentários: O prazo para interposição do recurso administrativo previsto na Lei nº 9.784/99 é de dez dias, conforme artigo 59.

Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

Conforme entendimento jurisprudencial, é inconstitucional a exigência de caução para admissibilidade de recurso administrativo.

Súmula Vinculante 21 É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Lei nº 9.784/99, Art. 56, § 2º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

Em recurso administrativo será discutido somente as razões de legalidade e de mérito, conforme artigo 56 da Lei nº 9.784/99.

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

O recurso administrativo não terá necessariamente o efeito suspensivo, pois cabe a autoridade competente decidir se o recurso será recebido com o efeito suspensivo, nos termos da Lei nº 9.784/99, artigo 109.

Art. 109. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Sr. Mogno da Silva consulta seu advogado para se certificar de que a situação do imóvel rural, localizado em Viçosa, Minas Gerais, está regular e atendendo às exigências do Novo Código Florestal.

Sr. Mogno informa que não fez o cadastro do imóvel rural no CAR e também não delimitou a área de reserva legal.

Neste caso, assinale a alternativa correta:

- a) O Cadastro Ambiental Rural é obrigatório e o proprietário do imóvel deve manter no mínimo 20% da propriedade a título de reserva legal.
- b) O Cadastro é facultativo e o proprietário do imóvel deve manter no mínimo 20% da propriedade a título de reserva legal.
- c) O cadastro é obrigatório, mas a instituição da reserva legal é dispensável.
- d) O cadastro é obrigatório e o proprietário do imóvel deve manter no mínimo 80% da propriedade a título de reserva legal.

Questão 34

Proprietário de imóvel voluntariamente instituiu servidão ambiental em sua propriedade no intuito de preservar os recursos ambientais existentes.

Neste caso, assinale a alternativa correta:

- a) A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- b) O instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental dispensam a averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente.
- c) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a área de preservação permanente.
- d) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 20 anos.

DIREITO CIVIL

Questão 35

Pedrinho, famoso youtuber de 16 anos completos, com economia própria, constituiu estabelecimento comercial para gerir seus negócios. Uma empresa do ramo de cervejaria procurou Pedrinho e propôs vultuoso contrato de publicidade para o canal do rapaz, o qual foi aceito e prontamente assinado por Pedrinho. No vídeo publicitário, aparecia Pedrinho ingerindo e entregando bebida alcoólica a outros amigos da sua idade. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Pedrinho não poderá ser emancipado, se não pela concessão dos pais, por meio de instrumento público, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor.
- b) Pedrinho será emancipado, pois, em razão do estabelecimento comercial, o menor com dezesseis anos completos tem economia própria, mas ele deveria ser assistido no momento da celebração do contrato.
- c) Pedrinho será emancipado, em razão economia própria decorrente do estabelecimento comercial, mas poderá ser punido criminalmente, nos termos do Código Penal, por entregar bebida alcoólica a outros adolescentes.
- d) Pedrinho será emancipado, em razão economia própria decorrente do estabelecimento comercial, mas poderá ser punido criminalmente pelo ato infracional de entregar bebida alcoólica a outros adolescentes.

Questão 36

Khaleesi, dona de casa, era casada com Khal Drogo, sócio de empresa do ramo agrícola, pelo regime de comunhão parcial de bens. A mulher, cansada dos desaforos do marido, resolveu pedir o divórcio. Posteriormente, Khal Drogo decidiu transferir seus ativos à empresa, sem efetivas contraprestações, de modo que seu patrimônio pessoal foi quase que inteiramente suprimido. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Khaleesi poderá pedir a desconsideração inversa da personalidade jurídica a fim de atingir os bens da pessoa jurídica, na partilha, em razão do desvio de finalidade praticado por Khal Drogo.
- b) Khaleesi poderá pedir a desconsideração inversa da personalidade jurídica a fim de atingir os bens da pessoa jurídica, na partilha, em razão do abuso da personalidade praticado por Khal Drogo.
- c) Khaleesi poderá pedir a desconsideração direta da personalidade jurídica a fim de atingir os bens da empresa na partilha, em razão do desvio de finalidade praticado por Khal Drogo.
- d) Khaleesi não poderá pedir a desconsideração da personalidade jurídica, em razão do regime de comunhão parcial dos bens escolhido.

Questão 37

Rosinha, filha de João foi acometida com uma cardiopatia grave e rara, fazendo com que João resolvesse vender sua própria casa, a fim de arcar com tratamento médico da filha. Diante da necessidade e da urgência em levantar a quantia, ele ofereceu sua residência pelo montante de 100 mil reais, embora o valor real de mercado fosse de 300 mil reais. José soube do anúncio e ofereceu 90 mil reais pela casa. João aceitou o valor oferecido, formalizando o negócio jurídico de venda. A situação narrada configura hipótese de:

- a) dolo, sendo o negócio jurídico anulável.
- b) erro, sendo o negócio jurídico nulo.
- c) estado de perigo, sendo o negócio jurídico anulável.
- d) lesão, sendo o negócio jurídico anulável.

Questão 38

Jhon, contratou Mary, arquiteta de renome, para elaborar o projeto de sua nova casa. Com o projeto pronto, Jhon celebrou contrato de empreitada mista com a construtora Casa & Casa para a construção do seu imóvel, nos moldes do projeto arquitetônico. Nesse contrato com a construtora Casa & Casa, não foi estipulada cláusula de reajuste de preço. Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) No contrato de empreitada mista, a responsabilidade da construtora Casa & Casa abrangerá o fornecimento de mão-de-obra e de materiais, mas os riscos correrão por responsabilidade de Jhon.
- b) O contrato para elaboração do projeto implica na obrigação de executá-lo, ou de fiscalizar-lhe a execução.
- c) Concluída a obra de acordo com o ajuste, ou o costume do lugar, o Jhon será obrigado a recebê-la. Poderá, porém, rejeitá-la, se a construtora se afastou das instruções recebidas e dos planos dados, ou das regras técnicas.
- d) Jhon poderá introduzir as modificações que entender convenientes no projeto original, desde que as autorize por escrito.

Questão 39

Alberto, desejando um carro maior, para viajar com toda a sua família, adquiriu veículo através de um financiamento em 60 parcelas, as quais estavam sendo pagas pontualmente. Quando faltavam três parcelas para quitar totalmente a dívida, o pai de Alberto adoeceu e, este, filho único, dispendeu alta quantia em dinheiro para ajudar com o tratamento médico, ficando sem condições de pagar essas últimas prestações. O banco, credor de Alberto, decidiu pedir a resolução do contrato. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta do banco foi correta, pois a legislação civil permite à parte lesada pelo inadimplemento unicamente pedir a resolução do contrato.
- b) A conduta do banco não foi correta, pois deveria ter optado pela exigência do cumprimento da obrigação, mais indenização por perdas e danos.
- c) A conduta do banco não foi correta, pois deveria ter sido aplicada ao caso a Teoria do Adimplemento Substancial.
- d) A conduta do banco não foi correta, em razão da aplicação da proibição de comportamento contraditório.

Questão 40

Airton, sofreu um acidente de automóvel em 20 de junho de 2012, vindo a falecer no local do acidente. Ele deixou muitos bens móveis e imóveis, e não possuía herdeiros necessários ou testamento. Dentre os imóveis, existem três casas, de modo que duas eram utilizadas por Airton com frequência, estando na sua posse, e uma de 300 m², estava na posse de uma família simples, que lá morava, sem título e sem qualquer resistência por parte de Airton, desde 30 de junho de 2002. Em dezembro de 2012, por iniciativa do Ministério Público, iniciou-se a arrecadação dos bens do falecido, sendo posteriormente declarada a vacância. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Não houve a usucapião pela família, em razão do tamanho do imóvel ser de 300 m².
- b) A família poderá adquirir o imóvel por usucapião, mesmo que se trata de herança jacente, pois o prazo aquisitivo da propriedade ocorreu antes da declaração de vacância.
- c) Com a jacência, os bens foram automaticamente transferidos ao Município, de acordo com o princípio da saisine, de modo que a família não poderá usucapir bem público.
- d) A família não poderá adquirir o imóvel por usucapião, uma vez que havia a expectativa de vacância.

Questão 41

Marcelo e Marcela casaram-se em 10/01/1992, tendo optado o casal pelo regime de comunhão universal de bens. Todavia, em 2018, em razão da constituição de empresa por Marcela e, por acreditar que o regime poderia interferir na condução dos negócios, ela resolveu alterar o regime de bens inicialmente estabelecido, pois essa alteração não seria capaz de prejudicar terceiros. Ao consultar você, na qualidade de advogado, seria correto informar que:

- a) A alteração do regime de bens poderia ser realizada, independentemente de dívidas em relação a terceiros, por se tratar de direito subjetivo.
- b) Para a alteração do regime de bens, bastaria o pedido motivado de Marcela e a autorização judicial.
- c) É possível a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de Marcela e Marcelo.
- d) Não é viável a alteração do regime de bens, pois o casamento foi celebrado na vigência do Código Civil de 1916.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

Em determinado processo que tramita em uma das Varas da Infância e da Juventude, foi proferida sentença reconhecendo vínculo judicial de adoção em favor do adolescente Pedro em face de seu genitor, José. Inconformado, José contata você, advogado, acerca da possibilidade de se recorrer da sentença. Nesse caso, você poderá informá-lo que:

- a) poderá ser interposta apelação no prazo de 15 dias úteis, pois o CPC se aplica subsidiariamente aos processos regidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) poderá ser interposta apelação no prazo de 15 dias corridos, pois há disposição expressa no ECA nesse sentido.
- c) poderá ser interposta apelação no prazo de 10 dias úteis.
- d) poderá ser interposta apelação no prazo de 10 dias corridos.

Questão 43

Em determinado processo de apuração de ato infracional que tramita em uma das Varas da Infância e da Juventude, foi imposta medida de internação ao adolescente Mateus que, em tese, teria praticado ato infracional análogo ao delito de roubo. Preocupados, os pais de Mateus consultam você, advogado, que esclarecerá aos genitores do adolescente que:

- a) não há o que se preocupar, pois a medida de internação só poderá ser cumprida após o trânsito julgado da sentença.
- b) em regra, a apelação interposta contra a sentença terá efeito suspensivo, impedindo o cumprimento da medida de internação.
- c) o adolescente infrator, em regra, não tem direito de aguardar em liberdade o julgamento da apelação interposta contra a sentença que lhe impôs a medida de internação.
- d) A medida de internação poderá ter a duração máxima de 2 anos.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

O supermercado Bom Gosto Ltda. anunciou através de certo programa de televisão propaganda sobre uma promoção do café “Bem Quentinho”, cuja importação vinha da Tailândia. O café, que normalmente custava R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), estava sendo ofertado pela metade do preço.

A fim de aproveitar a promoção, Sabrina deslocou-se até o referido supermercado, mas ao chegar lá foi informada que houve um erro na propaganda e que o café não estava com o valor promocional anunciado.

Diante dessa situação, assinale a opção INCORRETA.

- a) Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade.
- b) Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente.
- c) Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.
- d) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, não obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Questão 45

Marlene ingressou com ação judicial a fim de exigir cumprimento de obrigação de fazer em face do prestador de serviço Cláudio, que havia sido contratado para a construção de um muro e não finalizou a obra.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) Em nenhuma hipótese caberá a conversão em perdas e danos.
- b) Caso ocorra a indenização por perdas e danos far-se-á abrangendo danos emergentes e lucros cessantes, mas sempre com prejuízo da multa processual.
- c) O juízo concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.
- d) Somente após justificção prévia poderá o Juiz conceder a tutela jurisdicional pleiteada por Marlene.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Emerson Leiquenpalmer da Silva constitui uma empresa na forma de Microempreendedor individual já que pretende desenvolver um negócio empresarial em que a receita bruta anual é de 60.000,00 (sessenta mil reais) em média. Em vista da escolha realizada, podemos afirmar:

- a) Emerson poderá constituir o seu negócio em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.
- b) Emerson poderá constituir a empresa em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade limitada caso o valor da receita fosse superior a 100 (cem salários-mínimos).
- c) Emerson deve constituir a empresa na forma de Empresário Individual.
- d) Emerson poderá constituir a empresa, inclusive, na forma de sociedade limitada unipessoal.

Questão 47

Júlio Alonso constitui uma sociedade com a intenção de prestar os seus serviços empresariais para a venda de artigos exóticos. Ressalte-se que Júlio sempre atuou na forma de Microempreendedor Individual. Em caso de incapacidade superveniente,

- a) A empresa poderá ser continuada por seus Pais, desde que haja autorização judicial.
- b) a empresa não poderá ser continuada por seus pais ou representantes, já que fora constituída na personalidade jurídica de pessoa natural do Empresário.
- c) A empresa não poderá ser continuada por seus pais, mas poderá ser continuada por um ou mais gerentes nomeado(s) pelo juiz.
- d) Os pais poderão autorizar a continuidade da empresa que será homologada pelo juiz mediante alvará judicial.

Questão 48

A Empresa QUICKSILVER S/A em vista de decisão assemblear pretende deixar de existir para unir-se a outra sociedade anônima de capital fechado que se denomina COMPANHIA BARRACUDA GIGANTE.

As assembleias respectivas em ambas as companhias é para decidir que nenhuma delas continuará existindo para dar início a uma terceira companhia que se denominará BARRACUDA SILVER S/A. A operação societária indicada denomina-se

- a) Cisão integral;
- b) Grupo econômico;
- c) Fusão;
- d) Incorporação.

Questão 49

Sobre os títulos de crédito, analise a situação a seguir:

Flavio Alessandro decide comprar uma mesa para estudos móvel que comporta a utilização do notebook, além da organização de livros, PDFs e canetas.

Em vista do grande investimento, já que fez um plano para estudar fortemente nos próximos 18 (dezoito) meses, parcelou o pagamento. Nesse sentido, a empresária Rosenval Teixeira poderá aceitar o parcelamento em vista da utilização de:

- a) cheques ou notas promissórias;
- b) duplicata de consumo ou cheques;
- c) duplicata, cheques ou notas promissórias;
- d) duplicatas ou cédulas de crédito de consumo.

Questão 50

Os créditos trabalhistas consubstanciados após o decreto de quebra devem ser classificados como:

- a) de privilégio especial;
- b) prioritários;
- c) extraconcursais;
- d) quirografários.

Estratégia
OAB

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Em determinado processo, o autor obteve a informação de que o membro do Ministério Público que do processo participa na qualidade de fiscal da ordem jurídica é amigo íntimo do réu. Nesse caso, o advogado do autor:

- a) nada poderá fazer, pois as hipóteses de impedimento e suspeição não se aplicam ao Ministério Público.
- b) poderá formular arguição de impedimento, a qual suspenderá o processo.
- c) poderá formular arguição de suspeição, a qual suspenderá o processo.
- d) poderá formular arguição de suspeição, a qual não suspenderá o processo.

Questão 52

José ajuizou ação possessória em face de Marina, escolhendo como foro o de domicílio de Marina, Brasília, sendo que a coisa se encontrava em Belo Horizonte/MG. O réu não arguiu qualquer preliminar de incompetência em sua contestação. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) não haverá qualquer nulidade a ser sanada.
- b) há nulidade em virtude da incompetência do juízo que, como não alegada em sede de contestação por Marina, prorrogou-se.
- c) há nulidade em virtude da incompetência do juízo, que poderá ser arguida a qualquer tempo.
- d) há causa de nulidade relativa, que deveria ter sido alegada até a contestação.

Questão 53

O cliente Marcos comparece em seu escritório e relata que a empresa de pequeno porte da qual é sócio realizou contrato administrativo com o Município. Consta de cláusula contratual que, ao final do contrato, os automóveis utilizados na construção de um edifício teriam sua propriedade transferida aos contratantes. O valor dos bens somados é de 35 mil reais. Ao final do contrato, os bens não foram entregues à empresa, não obstante diversos requerimentos de Marcos. Nesse caso, você dirá ao cliente que a ação com o intuito de obter os automóveis:

- a) deverá ser ajuizada no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca.
- b) não deverá ser ajuizada no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca, pois o valor da causa ultrapassada o limite legal.
- c) não deverá ser ajuizada no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca, pois se trata de bens públicos.
- d) poderá ser ajuizada no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca.

Questão 54

Afonso realizou contrato verbal com Isaque, tendo sido acertado que ao final de um serviço de pintura, Isaque pagaria 3 mil reais a Afonso. Ao final da prestação do serviço o valor não foi entregue. Por isso, Afonso procura você, advogado, e afirma que a única pessoa que testemunhou a celebração do contrato foi a Dona Vera, que já conta com 90 anos de idade, e apresenta um quadro de perda de memória recente. Destacou, também, que possui certos documentos que podem comprovar a existência do contrato, mas precisará de tempo para juntá-los. Nesse caso, você, na condição de advogado, aconselhará Afonso a:

- a) ajuizar ação para a produção antecipada de prova a fim de que Dona Vera seja ouvida como testemunha, a qual prevenirá a competência do juízo para eventual ação a ser proposta.
- b) ajuizar ação para a produção antecipada de prova a fim de que Dona Vera seja ouvida como testemunha, a qual não prevenirá a competência do juízo para eventual ação a ser proposta.
- c) ajuizar ação de cobrança e requerer a produção de prova testemunhal com urgência.
- d) dispensar a oitiva de Dona Vera como testemunha, pois o contrato só pode ser provado por prova escrita.

Questão 55

Pedro, seu colega de trabalho em um escritório de advocacia, constata que foram ajuizadas diversas ações por beneficiários de um plano de saúde, a fim de que seja discutida a legalidade de uma taxa cobrada pelo plano. Além da efetiva repetição de processos, Pedro nota que há grave risco à isonomia e à segurança jurídica, pois há fortes divergências entre as decisões tomadas pelos juízes sobre o assunto. Nesse caso, você, na condição de advogado, aconselha Pedro que o instrumento jurídico mais adequado para solucionar o caso é o:

- a) incidente de resolução de demandas repetitivas.
- b) incidente de assunção de competência.
- c) incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- d) recurso especial repetitivo.

Questão 56

Em 14/11/2016, André ajuizou ação de repetição de indébito contra Maria, a qual foi julgada improcedente com base no conteúdo de uma súmula do STJ. O trânsito em julgado ocorreu em 05/06/2019. Em agosto de 2019, André procura você, advogado, e pergunta se é possível a reversão do resultado da ação. Observando os autos, já arquivados, você constata que a súmula utilizada pelo juiz não se aplica ao caso concreto, por haver uma diferença entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento. Neste caso, você, na condição de advogado, dirá a André que:

- a) É possível o ajuizamento de ação rescisória a qualquer tempo, por se tratar de hipótese de violação manifesta à norma jurídica.
- b) É possível o ajuizamento de ação rescisória dentro do prazo de dois anos, por se tratar de hipótese de violação manifesta à norma jurídica.
- c) não é possível o ajuizamento de ação rescisória, pois superado o prazo legal.
- d) não é possível o ajuizamento de ação rescisória, por não se tratar de hipótese de cabimento prevista em lei.

Questão 57

Augusta ajuizou ação de execução por quantia certa contra Ezequiel, fundada em uma nota promissória. Ezequiel procura você, advogado da família, acerca de melhor estratégia a ser adotada. Relata que de fato assinou a nota promissória, que é exigível. Você aconselha Ezequiel a:

- a) oferecer embargos à execução no prazo de 15 dias, sendo obrigatória a prestação de caução.
- b) ofereça impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 dias, sendo obrigatória a prestação de caução.
- c) oferecer embargos à execução no prazo de 15 dias, argumentando que não é cabível execução fundada em nota promissória.
- d) pagar integralmente o valor no prazo de 3 dias, a fim de que os honorários sejam reduzidos pela metade.

DIREITO PENAL

Questão 58

O ato em que o sujeito esgota, segundo seu entendimento, todos os meios a seu alcance para consumir uma infração penal, sendo que, mesmo assim, esta deixa de ocorrer por circunstâncias alheias à sua vontade, é denominado.

- a) tentativa imperfeita.
- b) crime consumado impróprio.
- c) crime falho.
- d) tentativa branca ou cruenta.

Questão 59

Ao concluir o curso de Engenharia, Arli, utilizando sua caneta azul (azul caneta), inseriu em seu diploma de graduação, declaração falsa sobre fato juridicamente relevante, dizendo ser também bacharel em medicina. A respeito desse ato realizado por Arli, é correto afirmar que ele:

- a) praticou crime de falsificação de documento público.
- b) praticou crime de falsidade ideológica.
- c) praticou crime de falsa identidade.
- d) não praticou crime algum.

Questão 60

O pai que, tendo o filho sequestrado e ameaçado de morte, é coagido por sequestradores armados e forçado a dirigir-se a certa agência bancária para efetuar um roubo a fim de obter a quantia necessária para o pagamento do resgate e livrar o filho do cárcere privado em que se encontra pode, em tese, lograr a absolvição com base na alegação de

- a) exclusão da ilicitude pela legítima defesa.
- b) exclusão da culpabilidade.
- c) exclusão da tipicidade
- d) exclusão da ilicitude pelo estrito cumprimento de dever legal.

Questão 61

De acordo com o Código Penal, salvo exceção, quando, por acidente ou erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido, o agente responde por culpa caso o fato seja previsto como crime culposos. Entretanto, se ocorrer, também, o resultado pretendido, o agente:

- a) não responderá por ele, sob pena de responsabilidade penal objetiva.
- b) responderá por ele, segundo a regra do concurso formal.
- c) responderá por ele, segundo a regra do concurso material.
- d) responderá por ele, segundo a regra do crime continuado.

Questão 62

Lucia e Carla desentenderam-se em uma festividade na cidade onde moram e Lucia, sem intenção de matar, mas apenas de lesionar, atingiu levemente, com uma faca, o braço esquerdo de Carla, a qual, ao ser conduzida ao hospital para tratar o ferimento, foi vítima de acidente de automóvel, vindo a falecer exclusivamente em razão de traumatismo craniano. Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar, à luz do CP, que Lucia:

- a) deve responder pelo delito de homicídio consumado.
- b) deve responder pelo delito de homicídio na modalidade tentada.
- c) não deve responder por delito algum, uma vez que não deu causa à morte de Bruna.
- d) deve responder apenas pelo delito de lesão corporal.

Questão 63

No crime de apropriação indébita previdenciária, o pagamento integral dos débitos oriundos da falta de recolhimento de contribuições sociais, efetuado posteriormente ao recebimento da denúncia:

- a) é causa de exclusão da tipicidade.
- b) é causa de extinção da punibilidade.
- c) é causa de exclusão da culpabilidade
- d) é circunstância atenuante.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

O advogado de Miguel, réu em processo criminal, entendendo ser ilegal a instauração de inquérito policial requisitado por juiz de direito, impetrou habeas corpus pedindo o trancamento da investigação no órgão jurisdicional competente. Diante do não conhecimento do habeas corpus e do inconformismo do advogado, este deverá apresentar

- a) recurso em sentido estrito.
- b) recurso de apelação.
- c) recurso ordinário constitucional.
- d) reclamação constitucional.

Questão 65

Edson foi denunciado pela prática de um crime de homicídio qualificado por feminicídio, ocorrido em 02 de fevereiro de 2018. Após a conclusão do inquérito policial, o promotor de justiça da 2.ª Vara Criminal da Capital do Estado de São Paulo ofereceu denúncia e esta foi imediatamente recebida pelo magistrado na mesma Vara Criminal no dia 03 de setembro de 2018. Após ser regularmente citado para responder à acusação, Edson procura você em seu escritório do advocacia para buscar defesa. Após consultar os fatos, utilizando apenas o que foi narrado nesse enunciado, apresente a tese preliminar correspondente em resposta à acusação:

- a) nulidade pelo fato do feminicídio não poder ser identificado preliminarmente em sede policial.
- b) nulidade pelo fato de o feminicídio ser um crime autônomo, e não mera qualificadora do homicídio.
- c) nulidade por decadência do direito de representação.
- d) nulidade por incompetência do juízo.

Questão 66

Rogério foi preso em flagrante esperado após guardar, em um depósito na cidade de Santos-SP, o carregamento de 100 kilogramas de maconha. A polícia tinha uma informação privilegiada e, após aguardar o início dos atos executórios, efetuou a prisão. Diante das informações acima narradas, aponte a alternativa incorreta:

- a) a prisão deverá ser relaxada pois não compete à polícia decidir o momento de efetuar a prisão, devendo ter impedido a entrega e armazenamento da droga ao invés de aguardar o seu desfecho.
- b) a quantidade de droga apreendida não justifica, por si só, o deslocamento da competência da justiça estadual para a justiça federal.
- c) trata-se de modalidade de prisão lícita e, portanto, não será por si só relaxada.
- d) Rogério deverá ser responsabilizado por tráfico de drogas.

Questão 67

Rodrigo praticou lesão corporal leve (Art. 129 - detenção, de três meses a um ano) contra a sua esposa no ambiente doméstico do casal. Essa violência gerou medidas protetivas de urgência e um processo criminal contra o agressor. No rito adequado, o único benefício a que Rodrigo terá direito será:

- a) a composição civil dos danos.
- b) a suspensão condicional da pena.
- c) a suspensão condicional do processo.
- d) a transação penal.

Questão 68

Qual dessas regras não faz parte do Código de Processo Penal

- a) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- b) A revisão poderá ser pedida pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- c) Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.
- d) O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Questão 69

Carlos, representante do Ministério Público, após receber da vítima de um crime todas as peças de informação a respeito de um delito de roubo majorado:

- a) deverá requisitar a instauração de inquérito policial para o Delegado de Polícia diante do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.
- b) poderá oferecer a denúncia sem que o inquérito policial seja instaurado pois, nesse caso, ele é totalmente dispensável.
- c) não poderá requerer o arquivamento das peças de informação diante da inexistência de inquérito policial.
- d) deverá requerer a instauração de inquérito policial para o Delegado de Polícia diante do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

A empresa “Terceirização Total” Ltda. firmou acordo coletivo de trabalho com o sindicato profissional para estabelecer regras relativas à jornada de trabalho, estabelecendo percentual de 40% na hipótese de pagamento de horas extraordinárias e banco de horas bienal e flexibilização do intervalo intrajornada. Considerando tais condições, é correto afirmar que

- a) as cláusulas coletivas relativas ao percentual de horas extraordinárias e banco de horas são inválidas, e a relativa à flexibilização do intervalo intrajornada é válida desde que respeite o limite de 30 (trinta) minutos para as jornadas superiores a 6 (seis) horas.
- b) as cláusulas coletivas relativas ao percentual de horas extraordinárias e banco de horas são válidas, e a relativa à flexibilização do intervalo intrajornada é inválida, posto que não é permitida a referida flexibilização.
- c) as cláusulas coletivas relativas ao percentual de horas extraordinárias e intervalo intrajornada são válidas, enquanto a relativa ao banco de horas é inválida.
- d) as cláusulas coletivas relativas ao percentual de horas extraordinárias e banco de horas são inválidas, e a relativa à flexibilização do intervalo intrajornada é válida desde que respeite o limite de 15 (quinze) minutos para as jornadas superiores a 6 (seis) horas.

Questão 71

Em uma ação trabalhista, o reclamante afirma que diariamente prestava duas horas de jornada extraordinária sem, entretanto, receber os valores destas e os respectivos reflexos. Em sede contestatória, a empresa negou tal fato e apresentou os cartões de ponto na modalidade “por exceção”, estipulados por meio de acordo individual. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) A legislação autoriza a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- b) A legislação autoriza a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, apenas quando prevista em negociação coletiva.
- c) A legislação veda a utilização de registro de ponto por exceção, de forma que, nesta hipótese, haverá a inversão do ônus da prova, com a consequente presunção de veracidade das alegações do autor.
- d) A legislação veda a utilização do registro de ponto por exceção como meio de prova, assim como, os cartões de ponto britânico não possuem validade.

Questão 72

O Bancário, Ferdinando, trabalhava na Agência Bancária “Poupa Money”, sendo que a sua jornada, como caixa bancário, era de 8 horas, conforme estipulado em acordo individual. Diante da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) É inválida a pactuação por acordo individual de jornada bancária em 8 horas diárias, sendo que ao empregador caberá, nesta hipótese, arcar com duas horas extras diárias, já que a duração normal do trabalho dos empregados em bancos é de até seis horas diárias e trinta horas semanais.
- b) Aos empregados bancários, inclusive caixa, a jornada somente será considerada extraordinária após a oitava hora trabalhada, independente de acordo individual e negociação coletiva.
- c) Aos empregados bancários, inclusive caixa, a jornada somente será considerada extraordinária após a sexta hora trabalhada, independente de negociação coletiva.
- d) A duração do trabalho, para aqueles que operam exclusivamente caixa em bancos, será de até seis horas diárias, perfazendo um total de trinta horas de trabalho por semana, podendo ser pactuada jornada superior, mediante acordo individual ou negociação coletiva.

Questão 73

Paulo Sousa, empregado de uma loja de calçados, enfrentando alguns problemas pessoais, faltou ao trabalho por mais de 30 dias consecutivos. O empregador demitiu Paulo, caracterizando a dispensa como motivada, fundada em abandono do emprego. Paulo, por seu turno, apresentou justificativas para algumas faltas, entre elas, doação de sangue e realização de exame vestibular para ingresso em instituição de ensino superior. Considerando as disposições da CLT sobre a matéria,

- a) afiguram-se justificadas apenas as ausências para doação de sangue, limitada a 1 dia por mês e, no máximo, 12 por ano.
- b) as ausências para a realização de exame vestibular são consideradas faltas justificadas.
- c) ambas as situações narradas são consideradas faltas injustificadas, passíveis de desconto de salário, porém não de computo para fins de caracterização de abandono.
- d) as ausências para doação de sangue, limitadas a uma por mês, são consideradas faltas justificadas, diversamente das ausências para exame vestibular, as quais, contudo, poderão ser abonadas pelo empregador.

Questão 74

Em uma ação trabalhista, o reclamante, Sanches, afirma que diariamente prestava duas horas de jornada extraordinária sem, entretanto, receber os valores destas e os respectivos reflexos. Em sede contestatória, a empresa, “Alegria certa” Ltda., negou tal fato, mas deixou de apresentar os cartões de ponto, sob alegação de sua desnecessidade, já que contava com apenas 12 empregados no estabelecimento empresarial. Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta.

- a) A não apresentação do cartão de ponto, nesta situação, implica em inversão do ônus da prova.
- b) A não apresentação do cartão de ponto nos estabelecimentos com mais de 12 (doze) trabalhadores implica em inversão do ônus da prova, desde que não caracterize prova diabólica.
- c) Os estabelecimentos com mais de 10 (dez) trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída. Nesta situação, a não apresentação pela empresa, “Alegria Certa” Ltda., implica em presunção relativa de veracidade das alegações de Sanches.
- d) A empresa, “Alegria Certa” Ltda., seria apenas obrigada a apresentar os cartões de ponto, com anotação da hora de entrada e de saída, se contasse com mais de 20 (vinte) trabalhadores.

Questão 75

A convenção coletiva da categoria dos comerciários, firmada entre os sindicatos patronal e profissional, para o período de 2018/2019, em determinado município, prevê o pagamento de adicional de 70% sobre as horas extraordinárias. A empresa Comércio Valor Ltda., situada no mesmo município, firmou acordo coletivo com o sindicato da categoria profissional, para o mesmo período, convencionando o adicional de 60% para o pagamento das horas extras.

Analisando a situação e respondendo qual o adicional deve prevalecer.

- a) Prevalecerá o adicional de 70%, porque consta da Convenção Coletiva de Trabalho.
- b) Prevalecerá o adicional de 50%, porque é o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição Federal.
- c) Prevalecerá o adicional de 60%, visto que o Acordo Coletivo de Trabalho prevalece sobre a Convenção Coletiva de Trabalho.
- d) Prevalecerá o adicional de 70% porque o convencionado se sobrepõe ao legislado.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 76

O Juízo da 10ª Vara do Trabalho de São Paulo recebeu uma ação trabalhista, distribuída em dezembro de 2018, para homologação de acordo extrajudicial acerca do pagamento de horas extraordinárias e adicional noturno entre Maria dos Anjos e a empresa “Corujão” Ltda.

Acerca do tema envolvido, bem como sobre a competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) O magistrado deve processar a ação trabalhista, decidindo sobre a homologação do acordo extrajudicial no prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, vez que a matéria é de competência da Justiça do Trabalho.
- b) O magistrado deve extinguir o processo sem julgamento do mérito, porque a Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar acordos extrajudiciais.
- c) O magistrado deve processar a ação trabalhista, designando audiência de conciliação, obrigatória para a hipótese de acordos extrajudiciais.
- d) O magistrado deve remeter o processo ao Juízo Cível, vez que somente aquele juízo tem competência para homologação de acordos extrajudiciais.

Questão 77

A empresa “Coruja Fitness” foi notificada da ação trabalhista distribuída perante a 10ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, local de residência do reclamante.

Diante de tal fato, a empresa informa ao seu advogado que a prestação de serviço sempre ocorreu em Salvador, onde o reclamante residia inicialmente, mas que teria se mudado logo após a dispensa.

Diante desse quadro, o advogado da empresa deve apresentar

- a) Contestação e em sede de preliminares apontar a incompetência territorial.
- b) Contestação com pedido contraposto para mudança de localidade do trâmite da demanda.
- c) exceção de incompetência territorial, no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação, antes da audiência e em peça processual específica.
- d) exceção de incompetência territorial, em peça processual específica, em audiência.

Questão 78

Ferdinando prestava serviços como empregado terceirizado da empresa Transparência Ltda. ME, nas dependências da tomadora de serviços Luz e Sol Bebidas Ltda. Quando de sua dispensa, Ferdinando ingressou com reclamação trabalhista em face de ambas as empresas, sendo a segunda na qualidade de responsável subsidiária por eventuais débitos trabalhistas. As empresas contestaram o feito, sendo que Luz e Sol alegou e comprovou estar em recuperação judicial. Proferida a sentença que condenou a Transparência no pagamento de diferenças de horas extras e reflexos nas demais verbas salariais e rescisórias e a Luz e Sol de forma subsidiária, pretendem as reclamadas interpor recurso ordinário. Nesse caso, no que tange ao depósito recursal,

- a) Luz e Sol deverá efetuar o depósito recursal pela metade; já Transparência é isenta.
- b) ambas devem comprovar cada qual o depósito recursal em sua integralidade.
- c) ambas devem efetuar o depósito recursal pela metade.
- d) Transparência deverá efetuar o depósito recursal pela metade; já Luz e Sol é isenta, não precisando efetuá-lo.

Questão 79

O magistrado da 10ª Vara do Trabalho de São Paulo julgou um incidente de descon sideração da personalidade jurídica, em fase de execução trabalhista, no processo entre Corujão e “Love You” Ltda. Diante da decisão proferida, torna-se cabível

- a) embargos à execução.
- b) agravo de instrumento.
- c) recurso ordinário.
- d) agravo de petição.

Questão 80

Silvinha propôs reclamação trabalhista contra a “Tudo de Bom” Serviços Ltda., em setembro de 2018, e a audiência foi designada para o dia 29 de janeiro de 2019, às 10 horas. Ocorre que na data designada, o Reclamante não compareceu na audiência. Nessa circunstância, o Juiz do Trabalho que presidiu a audiência deve determinar

- a) o prosseguimento do feito com a designação de audiência de instrução, para data posterior.
- b) a suspensão do feito, intimando o Reclamante para comprovar o motivo de sua ausência.
- c) o arquivamento dos autos e condenar o Reclamante ao pagamento de custas processuais, exceto se for beneficiário da justiça gratuita, independentemente da comprovação de que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.
- d) o arquivamento dos autos e condenar o Reclamante ao pagamento de custas processuais, mesmo que seja beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.